



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - AEDI/SELOG/SR/PF/RJ

PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08455.023592/2021-34

Processo nº 08455.015024/2022-41

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Baterias Novas Seladas VRLA, incluindo o descarte de baterias usadas, conforme o Documento de Formalização da Demanda AEDI/SR/PF/RJ (SEI- 24053196), Estudo Técnico Preliminar Digital - ETP 004/2022 (24248309), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | IDENTIFICAÇÃO CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | REQ. MIN | REQ. MÁX. | QUANTIDADE | Valor unitário máximo | Valor total máximo |
|-------|---|----------------------|-------------------|----------|-----------|------------|-----------------------|--------------------|
| 1 | Bateria Novas de Chumbo-Ácida Selada Regulada por Válvula de 12V x 150Ah cada, livre de manutenção. | 420002 | unidade | 1 | 78 | 78 | R\$ 2.614,63 | R\$ 203.941,14 |
| 2 | Bateria Novas de Chumbo-Ácida Selada Regulada por Válvula de 12V x 250Ah cada, livre de manutenção. | 480735 | unidade | 1 | 2 | 2 | R\$ 3.331,28 | R\$ 6.662,56 |
| 3 | Idêntico ao item 1, cota reservada para ME's e EPP's | 420002 | unidade | 1 | 25 | 25 | R\$ 2.614,63 | R\$ 65.365,75 |
| Total | | | | | | | | R\$ 275.969,45 |

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 75 dias contados do(a) do início do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando a importância de se ter um banco de baterias que esteja plenamente em funcionamento, de forma que quedas de energia não interfiram nos processos e sistemas essenciais ao desempenho das atividades dessa SR/PF/RJ e DPF/NRI/RJ;

2.2. Considerando que a média de vida útil de baterias chumbo ácidas (baterias instaladas atualmente nos equipamentos) é de cerca de 2 a 3 anos, sendo que as mesmas já ultrapassaram tal prazo, a não substituição dessas tem gerado baixa confiabilidade nesses equipamentos, o que pode acarretar em falhas inesperadas, explosões de seus componentes, deformações e interrupção do fornecimento de energia elétrica;

2.3. Diante do exposto justifica-se a necessidade de substituição das baterias, mostrando-se indispensável a aquisição dos novos equipamentos, a fim de sanar eventuais problemas e garantir a continuidade de serviços, contribuindo com as atividades institucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Fornecimento de Baterias Novas de Chumbo-Ácida Selada Regulada por Válvula, livre de manutenção, conforme quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. |
|--|-------------------|--------|
| Bateria Chumbo-Ácida Selada Regulada por Válvula de 12V x 150Ah cada, livre de manutenção. | unidade | 103 |
| Bateria Chumbo-Ácida Selada Regulada por Válvula de 12V x 250Ah cada, livre de manutenção. | unidade | 2 |
| TOTAL DE BATERIAIS | | 105 |

3.2. Os equipamentos que terão suas baterias substituídas estão designados conforme tabela abaixo:

| BATERIAS INSTALADAS ATUALMENTE | | | |
|---------------------------------|----------------------|----------------|-----------|
| Equipamento | Baterias Atuais | Nº de Baterias | Endereços |
| NO-BREAKS RIELO - Modelo MASTER | Bateria Estacionária | | |

| | | | |
|---|--|-----|---|
| PLUS/Potência de 160 KVAS (Paralelos Redundante e Respectivo Banco de Baterias) | MAXLIFE - 150Ah - RST-150 | 132 | Av Rodrigues Alves, nº 01 - Centro, Rio de Janeiro / RJ |
| NO-BREAKS PHD - Modelo PHD M MD/Potência 18KVA | Bateria Estacionária FREEDOM - 185Ah - DF3000 | 36 | |
| Motor Dossan P158LE e Alternador WEG GTA 500KVA | Bateria Automotiva MOURA 220Ah LOG Diesel - M220PD | 2 | |
| Motor MWM D229/6 e Alternador Gramaco 81 KVA | Bateria Automotiva TURBO 150Ah - B150D | 1 | Praça Fonseca Ramos, s/n - Centro, Niterói / RJ - 24030-020 |

3.3. Considerando o Relatório CETEST - Manutenção Preventiva Anual (21006495) e E-mail Manutenção Nobreak (21006453), o qual orienta a substituição de baterias de chumbo ácida por baterias seladas VRLA, bem como a redução do banco de baterias da subestação da SR/PF/RJ, em função do quantitativo de utilização do mesmo, passando a compor o quadro de baterias, conforme abaixo:

| BATERIAS A SEREM ADQUIRIDAS CONSIDERANDO NOVO CENÁRIO | | | |
|--|---|----------------|---|
| Equipamentos | Baterias Novas | Nº de Baterias | Endereços |
| NO-BREAKS RIELO - Potência de 160 KVAS (Paralelos Redundante e Respectivo Banco de Baterias) | Bateria Chumbo-Ácida Selada Regulada por Válvula de 12V x 150Ah cada, livre de manutenção | 103 | Av Rodrigues Alves, nº 01 - Centro, Rio de Janeiro / RJ |
| NO-BREAKS PHD M MD - Potência 18KVA | | | Praça Fonseca Ramos, s/n - Centro, Niterói / RJ - 24030-020 |
| Motor MWM D229/6 e Alternador Gramaco 81 KVA | | | |
| Motor Dossan P158LE e Alternador WEG GTA 500KVA | Bateria Chumbo-Ácida Selada Regulada por Válvula de 12V x 250Ah cada, livre de manutenção | 2 | Av Rodrigues Alves, nº 01 - Centro, Rio de Janeiro / RJ |

3.4. Os serviços de instalação e testes das novas baterias serão executados pela PF/RJ, por meio da empresa detentora do contrato de manutenção preventiva e corretiva e poderão ser acompanhados pelo fornecedor das baterias, a seu critério;

3.5. A embalagem ou rótulo do material deverá trazer, no mínimo, as seguintes informações, discriminada externamente com tinta resistente ao tempo:

- 3.5.1. Denominação do material;
- 3.5.2. Nome do fabricante/fornecedor;
- 3.5.3. Número do lote e data de fabricação;

3.6. Deverão constar quaisquer outras informações obrigatórias de acordo com a norma ABNT relativa à fabricação da bateria, informada em sua descrição

3.7. Descrição/Especificação das baterias:

| ITEM | BATERIAS NOVAS | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA | REFERÊNCIA DAS BATERIAS |
|------|--|--|--|
| 1 | Bateria Chumbo-Ácida Selada Regulada por Válvula de 12V x 150Ah cada, livre de manutenção. | <ul style="list-style-type: none"> Tecnologia: AGM (Absorbent Glass Mat); Vida útil: Projetada maior que 10 anos à 25°C; Terminais: M8; Tensão cíclico: 13,50-13,80V; Tensão flutuação: 13,50-13,80V; Temperatura de referência: 25°C; Armazenagem máxima sem receber recarga de manutenção: 6 meses à 25°C; Recipiente e tampa: Monoblocos construídos com material ABS retardante a chama com excelente resistência mecânica. As dimensões das baterias deverão ser compatíveis com as dimensões das baterias atuais, ou seja, 511mm (comprimento) x 213mm (largura) x 230 (altura), para que possam ser instaladas nos gabinetes existentes, sem a necessidade de adaptações; Homologação: Todas as baterias devem ter homologação da ANATEL. <p>*Maior expectativa de vida e menor auto-descarga, devido a rigorosa seleção de materiais na fabricação das baterias.</p> | <ul style="list-style-type: none"> FNC121500-C (NEWMAX) ou equivalente técnico de igual ou melhor qualidade. |
| 2 | Bateria Chumbo-Ácida Selada Regulada por Válvula de 12V x 250Ah cada, livre de manutenção. | <ul style="list-style-type: none"> Tecnologia: AGM (Absorbent Glass Mat — eletrólito imobilizado em manta de fibra de vidro), impedindo derrames acidentais de ácido; Vida útil projetada maior que 10 anos à 25°C; Terminais: M8; Tensão cíclico: 14,40-14,70VA; Tensão flutuação: 13,50-13,80V; Temperatura de referência: 25°C; Armazenagem máxima sem receber recarga de manutenção: 6 meses à 25°C; Recipiente e tampa: Monoblocos construídos com material ABS retardante a chama com excelente resistência mecânica. As dimensões das baterias deverão ser compatíveis com as dimensões das baterias atuais, ou seja, 516mm (comprimento) x 272mm (largura) x 238 (altura), | <ul style="list-style-type: none"> FNC122500-C (NEWMAX) ou equivalente técnico de igual ou melhor qualidade |

| | | |
|--|--|--|
| | para que possam ser instaladas nos gabinetes existentes, sem a necessidade de adaptações; • Homologação: Todas as baterias devem ter homologação da ANATEL. *Maior expectativa de vida e menor auto-descarga, devido a rigorosa seleção de materiais na fabricação das baterias. | |
|--|--|--|

3.8. Da Garantia dos equipamentos

- 3.8.1. As baterias deverão estar acompanhadas de seus respectivos certificados de garantia;
- 3.8.2. As baterias deverão possuir, obrigatoriamente, garantia do fabricante de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do recebimento definitivo pela Contratante, contra defeitos de fabricação;
- 3.8.3. Na ocorrência de falhas onde se configure a necessidade de utilização da garantia dos elementos (baterias) durante o período de garantia total, obriga-se a CONTRATADA a substituição total ou parcial dos materiais defeituosos, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da notificação pela PF/RJ, sem quaisquer ônus adicionais;
- 3.8.4. A aceitação das baterias não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a PF/RJ venha a fazer, baseado na existência de material inadequado ou defeituoso, no transcorrer de sua vida útil e em garantia.

3.9. Descarte das Baterias

- 3.9.1. A Contratada deverá coletar as baterias usadas em até 15 (quinze) dias corridos da notificação da PF/RJ sobre a disponibilidade destas para recolhimento.
- 3.9.2. A Contratada deverá retirar, transportar e descartar as baterias antigas, seguindo as normas ambientais vigentes, em especial a observância aos comandos normativos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecidos no art. 33 da lei Federal nº 12.305/2010 e da resolução nº 401/08 – CONAMA, com emissão de Certificado de Destinação.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser adquirido mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;
- 4.2. Decreto 10.024/2019 – Art. 1º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica;
- 4.3. Declaramos para os devidos fins que os serviços/bens a serem adquiridos são de natureza comum conforme o art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. Vide arts. 14 a 17 da IN SEGES/MP nº 5/2017. Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 5.2. De acordo com a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto 9.177, de 2017, Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 e - Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, determina-se, como critérios sustentáveis:
- 5.2.1. As pilhas e baterias comercializadas no território nacional devem respeitar limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO ou demais laboratórios admitidos pela Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.
- 5.2.2. Não são permitidas formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas, tais como:
- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.
- 5.2.3. Os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias e a rede de assistência técnica autorizada pelos respectivos fabricantes e importadores devem receber dos usuários os produtos usados, respeitando o mesmo princípio ativo, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) início do contrato em remessa única, no seguinte endereço Av Rodrigues Alves, nº 01 - Centro, Rio de Janeiro / RJ
- 6.2. As baterias deverão ser entregues livre de impostos, taxas, acondicionadas adequadamente, em caixas lacradas, de forma a garantir à armazenagem, permitindo completa segurança durante o transporte e deverão ser conferidas no ato de seu recebimento na presença do transportador/entregador, abrindo as embalagens e verificando a existência de avarias;
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **15 (quinze) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6. 5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser

procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. O prazo de entrega do material não poderá exceder a **30 (trinta) dias**, a contar da ciência da emissão da Nota de Empenho;

6.7. O prazo de entrega do material não poderá exceder a **30 (trinta) dias**, a contar da ciência da emissão da Nota de Empenho;

6.8. Os produtos objeto deste Pregão deverão ser entregues no Almoxarifado do NUMAT/SR/PF/RJ na Superintendência de Polícia Federal no Rio de Janeiro, no seguinte endereço: Av. Rodrigues Alves, 01 – Praça Mauá – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20081-250;

6.9. As entregas deverão ser agendadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis pelos telefones (21) 2203-4430 ou (21) 2203-4431, podendo estes recusar a data e horário agendado e sugerir novo horário por motivo de força maior devidamente justificada;

6.9.1. O Almoxarifado do NUMAT/SR/PF/RJ funciona para recebimento de produtos de segunda à sexta-feira, das 8 horas as 12 horas e das 14 horas as 17 horas;

6.10. **Dos Critérios de Aceitação do Objeto:**

- a) As baterias deverão ser entregues acompanhadas de seus manuais técnicos;
- b) Não serão recebidos produtos que apresentem nas embalagens sinais de violação, aderência ao produto, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas. Devem estar de acordo com o que estabelece a legislação vigente;
- c) Os produtos deverão apresentar nas embalagens, data de fabricação e data de vencimento;
- d) Os produtos com identificação em desacordo com a legislação em vigor serão rejeitados quando da sua entrega.
- e) O transporte de todo o material, tanto horizontal quanto vertical, é de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sendo de direito da PF/RJ rejeitar os materiais que porventura possam ter sido danificados durante o transporte;

6.11. **Da Nota de Empenho**

6.11.1. A empresa será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência. O prazo para entrega dos bens começará a contar a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

6.11.2. A disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência não gera expectativa para a empresa. A empresa deve aguardar o envio do e-mail, no qual será indicado o link da Nota de Empenho no referido Portal da Transparência.

6.12. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser informado no verso desta os dados bancários da Empresa (banco, agência e conta corrente). Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos bens, tais como modelo, marca, número de série, tempo de garantia, cor, medidas, entre outros dados que forem considerados essenciais.

7. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc;

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.2.1. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante.

8.3. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

8.4. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório salvo no que tange à entrega.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado:

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de

2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I(TX) \quad I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da Taxa Anual} = 6\%$$

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.:

$$R = V (I - P) / P, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

P = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

14.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

14.2.2. Seguro-garantia;

14.2.3. Fiança bancária.

14.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

14.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições

14.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer

obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 15.1.5. Cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multa**:

- 1. **Moratória** de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. **Compensatória** de 10% (por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem "IV" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.3.0.1. As sanções previstas nos subitens "I", "III", "IV" e "V" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 15.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

16.1.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.1.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.3.1. Valor Global: R\$ 275.969,45 (duzentos e setenta e cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

16.3.2. Valores unitários: conforme item 1.

16.3.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.3.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 275.969,45 (duzentos e setenta e cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Conforme Art. 7º, § 2º, do Decreto 7892 de 23 de janeiro de 2013: " § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."

LEANDRO ALVES DA SILVA

AEDI/SR/PF/RJ

Mat. 9.000.427

MARCO ANTONIO FERNANDES DE BRITTO

AEDI/SR/PF/RJ

Mat. 13.864



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO COSTA VALE, Agente Administrativo(a)**, em 01/12/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25759400** e o código CRC **0BAA0F5D**.